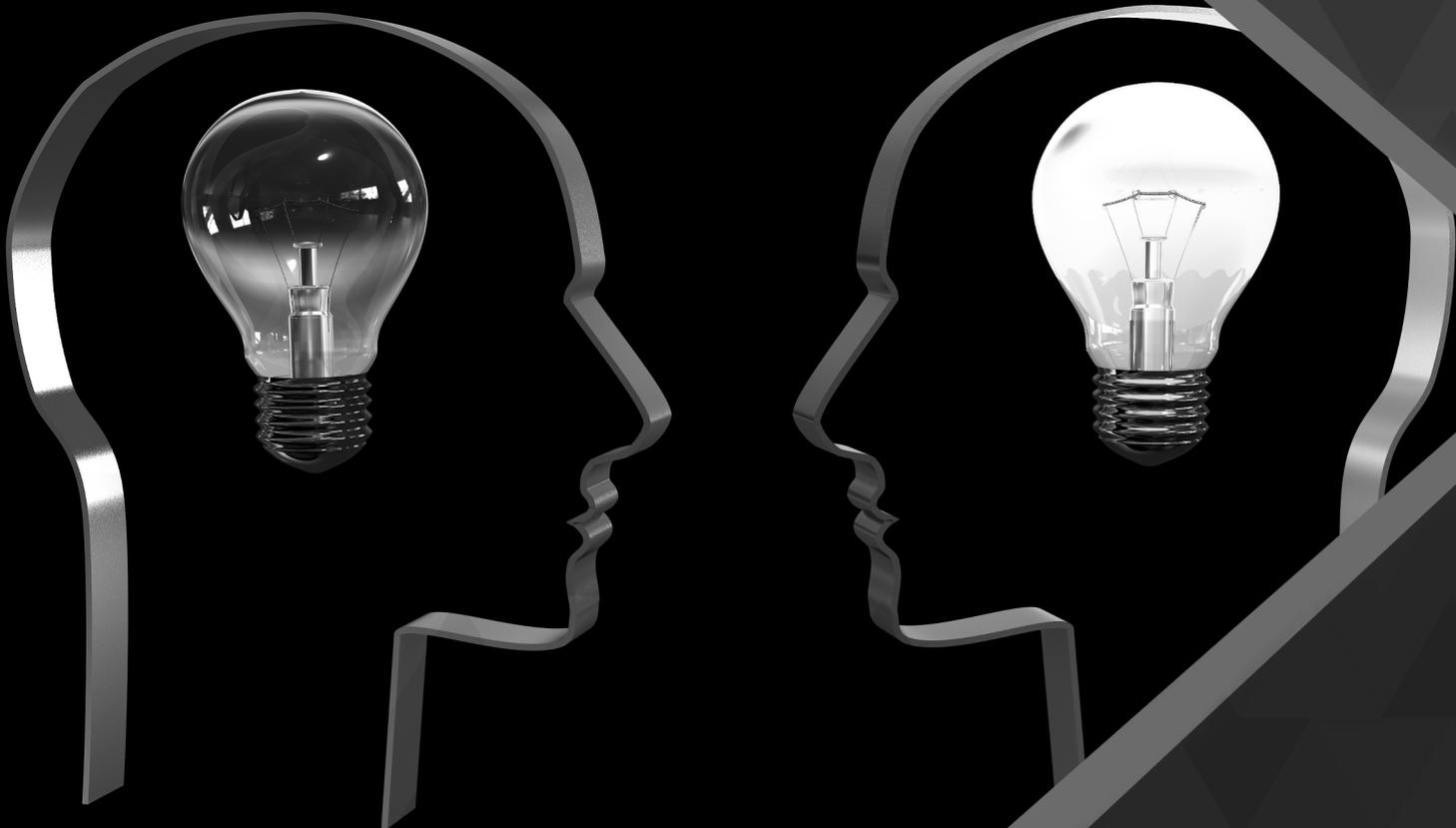


Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas

Atena
Editora
Ano 2020



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-914-1
 DOI 10.22533/at.ed.141201301

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas, coletânea de vinte e dois capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Numa mistura entre música, dança, folclore e nordeste brasileiro, DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR, de Amanda Lopes Galvão, apresenta considerações para pensarmos coreografias além da dança em si. Ainda na música, COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITO DO “CHORO”, de Celso Garcia de Araújo Ramalho, Paulo Henrique Loureiro de Sá, Bartolomeu Wiese Filho, Marcus de Araújo Ferrer, Henrique Leal Cazes e Marcello Gonçalves, aborda composição, interpretação, além da interface teoria e prática do choro.

A arte e suas múltiplas formas de materialização ainda está presente em A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”, de Victor Hugo Neves de Oliveira, Camila Aparecida M. Belarmino, Miguel Eugenio Barbosa Segundo e Taciana Assis Bezerra Negri, e em A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM, de Samanta de França Serrano, quando, no primeiro, é verificável os diálogos possíveis entre poesia, música e coreografia, e, no segundo, a arte rupestre, formas de marcação do homem para o tempo e a história, possibilita a interpretação e conhecimento do momento pré-histórico vivido. CAVALEIROS NO NOVO MUNDO: OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA, de Marcus Baccega, resgata as contribuições de Inácio de Loyola para aferição da herança medieval a partir da colonização do espaço americano que teve significativa participação dos jesuítas.

Ensino, produção científica e políticas públicas encontram amparo em AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, de Maria Priscila da Costa da Silva, Maria do Socorro de Sousa, Railane Bento Vieira Saboia, Andréa Pereira Rocha e Francisco Ricardo Miranda Pinto, REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL, de Sylvia Cristina de Azevedo Vitti, CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA, de Rochelle de Arruda Moura, José Airton Nascimento Diógenes Baquit e Karla Patrícia Martins Ferreira, PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS), de Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil e Maria Eleni Henrique da Silva, POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL, de Simone Rezende da Silva, Tathianni Cristini da

Silva e Erika Megumy Tsukada, e O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?, de Jussete Rosane Trapp Wittkowski e Stela Maria Meneghel.

Projetos de extensão e ações que envolvem a comunidade universitária como um todo são pontos de partida para contribuições como PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE, de Cleonaldo Pereira Cidade, Charlene Ferreira dos Santos e Zenilda Rosa de Oliveira, O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO ALUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA, de Ana Marcia Gonzaga Rocha e Rosileide de Jesus de Souza Melo, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FÍSIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF, de Mauro Trevisan, José Geraldo C. Trindade, Milene Pereira dos Santos e Rudimila Santos Silveira, e DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO E SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE, de Ana Karla de Melo Silva, Lais Celeste Vasconcelos, Ana Regina Bezerra Ribeiro, Maria Iraê de Souza Corrêa e Edenilze Teles Romeiro.

A inserção do sujeito mediante práticas de acesso junto a grupos minoritários é o foco em ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, de Erika Tamires Silva Ribeiro, Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni, Márcia Bianca Germiniani, Maria Jennifer Santos Vargas, Maximilian Espuny e Fernanda de Oliveira Silva, enquanto que em DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, de Emilie Collin Silva Kluwen e Eveline de Sousa Landim, e VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA, de Criziene Melo Vinhal, expõem as relações humanas e os diálogos permeados com as ciências jurídicas.

Por fim, mas não menos importante, temos ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO, de Marcelo Gonçalves Marcelino e Gerson Laerte da Silva Vieira, que frisa a relação entre governança da principal e mais importante instituição financeira e econômica do país, o Banco Central do Brasil, como espaço marcado pela presença das elites nacionais na condução de suas ações.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR	
Amanda Lopes Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1412013011	
CAPÍTULO 2	9
COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITA DO “CHORO”	
Celso Garcia de Araújo Ramalho	
Paulo Henrique Loureiro de Sá	
Bartolomeu Wiese Filho	
Marcus de Araújo Ferrer	
Henrique Leal Cazes	
Marcello Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.1412013012	
CAPÍTULO 3	26
A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”	
Victor Hugo Neves de Oliveira	
Camila Aparecida M. Belarmino	
Miguel Eugenio Barbosa Segundo	
Taciana Assis Bezerra Negri	
DOI 10.22533/at.ed.1412013013	
CAPÍTULO 4	37
A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM	
Samanta de França Serrano	
Deusdedith Rocha Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1412013014	
CAPÍTULO 5	57
CAVALEIROS NO NOVO MUNDO OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA	
Marcus Baccega	
DOI 10.22533/at.ed.1412013015	
CAPÍTULO 6	71
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Maria Priscila da Costa da Silva	
Maria do Socorro de Sousa	
Railane Bento Vieira Saboia	
Andréa Pereira Rocha	
Francisco Ricardo Miranda Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1412013016	

CAPÍTULO 7	83
REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.1412013017	
CAPÍTULO 8	101
CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Rochelle de Arruda Moura	
José Airton Nascimento Diógenes Baquit	
Karla Patrícia Martins Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1412013018	
CAPÍTULO 9	108
PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS)	
Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil	
Maria Eleni Henrique da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1412013019	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	
Simone Rezende da Silva	
Tathianni Cristini da Silva	
Erika Megummy Tsukada	
DOI 10.22533/at.ed.14120130110	
CAPÍTULO 11	132
O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?	
Jussete Rosane Trapp Wittkowski	
Stela Maria Meneghel	
DOI 10.22533/at.ed.14120130111	
CAPÍTULO 12	140
PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE	
Cleonaldo Pereira Cidade	
Charlene Ferreira dos Santos	
Zenilda Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130112	
CAPÍTULO 13	145
O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO A LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA	
Ana Marcia Gonzaga Rocha	

CAPÍTULO 14 159

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FISIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF

Mauro Trevisan
José Geraldo C. Trindade
Milene Pereira dos Santos
Rudimila Santos Silveira

DOI 10.22533/at.ed.14120130114

CAPÍTULO 15 173

DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO E SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE

Ana Karla de Melo Silva
Lais Celeste Vasconcelos
Ana Regina Bezerra Ribeiro
Maria Iraê de Souza Corrêa
Edenilze Teles Romeiro

DOI 10.22533/at.ed.14120130115

CAPÍTULO 16 184

ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Erika Tamires Silva Ribeiro
Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni
Márcia Bianca Germiniani
Maria Jennifer Santos Vargas
Maximilian Espuny
Fernanda de Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.14120130116

CAPÍTULO 17 197

DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Emilie Collin Silva Kluwen
Eveline de Sousa Landim

DOI 10.22533/at.ed.14120130117

CAPÍTULO 18 203

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Criziene Melo Vinhal

DOI 10.22533/at.ed.14120130118

CAPÍTULO 19	218
ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO	
Marcelo Gonçalves Marcelino Gerson Laerte da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130129	
CAPÍTULO 20	236
INTERDISCIPLINARIDADE FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO PONTO DE PARTIDA PARA O TRABALHO COLABORATIVO	
Marília Piazzzi Seno Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130120	
CAPÍTULO 21	245
ESPAÇOS EDUCATIVOS UMA RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E EDUCAÇÃO	
Eduardo Trovó Palmieri Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama	
DOI 10.22533/at.ed.14120130121	
CAPÍTULO 22	257
<i>MITOPOIESIS</i> : RELAÇÃO ENTRE DIREITO, FILOSOFIA, RELIGIÃO E ARTES	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130122	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO A LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA

Data de aceite: 20/12/2019

Data de submissão: 24/10/2019

Ana Marcia Gonzaga Rocha

Universidade Federal do Pará (UFPA) - PPGCITI

<http://lattes.cnpq.br/987870218169810>

Rosileide de Jesus de Souza Melo

Universidade Federal do Pará (UFPA) - PPGCITI

<http://lattes.cnpq.br/3386237933997482>

RESUMO: Este trabalho busca compreender como ocorre o processo de valorização da identidade dos sujeitos do campo a luz do Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Odil Ponte localizada no município de Tomé-Açu/PA, sabendo que durante anos a educação do campo, sempre foi pensada fora do contexto do povo campestre, contudo, é necessário que se propicie o fortalecimento da identidade desses povos, e a educação se apresenta como um ótimo instrumento desse processo. O artigo tem como objetivo geral a tarefa de analisar como o projeto político pedagógico da EMIF Odil Pontes contribui para o fortalecimento identitário do sujeito do campo e por objetivos específicos entender como os educandos veem as questões acerca da identidade, discutir quanto ao papel da escola nesse processo e compreender a importância do currículo escolar para a educação

do campo. A metodologia da pesquisa esta pautada em uma análise de cunho qualitativo fundamentada em uma pesquisa documental, sendo realizada através da análise do Projeto Político Pedagógico da escola. O referencial teórico do trabalho está alicerçado em autores como: Arroyo (2000), Leite (2006), Machado (2009). Os principais achados da investigação demonstram que a escola em questão busca trabalhar suas práticas pedagógicas voltadas para o reconhecimento e fortalecimento do povo campestre em seus diversos contextos, o que garante o desenvolvimento dos educandos de forma significativa.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Educação do campo. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT: This paper seeks to understand how the process of valuing the identity of rural subjects takes place in the light of the Pedagogical Political Project at the Odil Ponte Municipal School of Elementary and High School located in the municipality of Tomé-Açu / PA, knowing that for years the rural education It has always been thought out of the context of the peasantry, however, it is necessary to provide the strengthening of the identity of these peoples, and education is presented as a great instrument of this process. The article has as its general objective the task of analyzing how the political pedagogical project of EMIF Odil

Pontes contributes to the identity strengthening of the rural subject and for specific objectives to understand how the students see the questions about the identity, discuss about the role of the school in this field. process and understand the importance of the school curriculum for field education. The research methodology is based on a qualitative analysis based on a documentary research, being carried out through the analysis of the school's Pedagogical Political Project. The theoretical reference of the work is based on authors such as: Arroyo (2000), Leite (2006), Machado (2009). The main findings of the research demonstrate that the school in question seeks to work its pedagogical practices aimed at the recognition and strengthening of the peasant people in their various contexts, which ensures the development of students in a meaningful way.

KEYWORDS: Identity. Field education. Pedagogical Political Project.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado surge de observações e inquietações quanto a valorização identitária da população do campo no ambiente escolar. A Educação do Campo é uma modalidade de educação ainda em fase de construção e surge historicamente a partir da ação de políticas públicas com as lutas dos movimentos sociais do campo, na intenção de garantir a efetividade nos direitos de seus povos. Dentro desse paradigma os direitos culturais, econômicos, políticos e sociais vêm à tona como propostas nas melhorias dessa educação e assim, esse conjunto de direitos busca garantir a identidade dos seus diferentes povos que conseguiram construir uma base histórica para que houvesse maior valorização da identidade, costumes e tradições dessas comunidades representadas por trabalhadores do campo, quilombolas, indígenas, entre outros (ARROYO, 2000).

Nesse cenário, o Brasil passou a fortalecer os debates sobre a Educação do Campo, através do envolvimento dos movimentos sociais, e que por muito tempo teve as políticas educacionais para o Campo negadas à população que era vista como retrograda. Contudo, o sistema educacional brasileiro, que por anos teve um modelo padrão para todos os educandos do Brasil, passa a levar em consideração o pressuposto histórico, social, humano dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar como o projeto político pedagógico da EMIF Odil Pontes contribui para o fortalecimento identitário do sujeito do campo e por objetivos específicos entender como os educandos veem as questões acerca da identidade, discutir quanto ao papel da escola nesse processo e compreender a importância do currículo escolar para a educação do campo. Sendo estruturada em uma análise de caráter qualitativo, pois envolve a obtenção de dados descritivos obtidos na relação pesquisador com a situação estudada “onde a mesma permite

trabalhar com sentimentos e fala dos envolvidos” (MINAYO 1994, p.21 e 22). A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”. (GIL, 2007, p. 17). Utilizou-se da pesquisa documental, pois a mesma se aproxima do modo de pesquisa por recorrer a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: “tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc”. (FONSECA, 2002, p. 32). Com a utilização dessa forma de pesquisa é possível ter melhor compreensão de como a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Odil Pontes consegue trabalhar a questão identitária de seus sujeitos e que serão discutidas nos tópicos a seguir.

2 | IDENTIDADE NA ESCOLA DO CAMPO

No contexto histórico brasileiro, as escolas do campo foram implantadas de acordo com os mesmos modelos criados para as escolas urbanas, onde essa educação pouco levou em consideração as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais dos povos camponeses. Todo esse cenário educacional se construiu a partir de uma visão pouco preocupada com os problemas sociais relacionados ao campo, de modo que essas comunidades passaram a ser vistas como espaços de atraso e improdutividade, tal como afirma Leite (2006) que

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 2006, p.14).

Segundo a autora, a população do campo por muitos anos teve seus direitos negados. Contudo, em 2010, O decreto de nº 7.352, foi de extrema importância para o fortalecimento da educação do Campo no Brasil, pois passou a ver o campo como lugar de vida, através das diversidades culturais e especificidades sociais, educacionais e ambientais dos sujeitos que estão inseridos, é principalmente busca valorizar as diferentes identidades dos povos que fazem parte dos territórios. Segundo o Art. 2º do decreto, a educação do campo deve privar pelo:

I – respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos, de gênero, geracional, de raça e etnia;

II – incentivo à formulação de projetos políticos pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas as reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010, s/p).

Diante disso, o sujeito do campo precisa que sua formação educacional seja adequada à realidade particular dos povos camponeses, pois a escola do campo precisa ser viva e principalmente ser pensado pelos sujeitos e para os sujeitos do campo, para que assim a identidade e a cultura possam continuar enraizadas na formação humana dos sujeitos envolvidos no processo. Logo

A identidade dessa educação a partir de seus sujeitos, da cultura, do trabalho, das lutas sociais e modos de vida dos camponeses, forma um conjunto de condições que não se limitam à escola, mas dela também se alimenta pela sua "vocação" universal de ajudar no processo de humanização das pessoas (CALDART, 2004, p.8).

Para o autor, quando se pensa em uma educação do campo de qualidade é necessário que se pense no contexto político e pedagógico do grupo social envolvido no processo, para que as particularidades, sociais, culturais, ambientais, sejam evidenciadas no processo de ensino dos alunos, para isso é preciso que todo processo educacional seja dialogado com os sujeitos que estão envolvidos direta ou indiretamente na formação humana.

Um fator de extrema importância quando se refere na questão identidade no ambiente escolar é o currículo, tendo em vista que a partir do momento que se propõe a construção de currículos escolares distantes da realidade sociocultural de sua localidade, tem-se que “muitas pessoas passam a negar sua própria condição camponesa, influenciadas pela ideologia do campo como elemento de atraso sociocultural e econômico” (MACHADO, 2009, p. 194).

Sendo assim, é importante que as escolas compreendam que uma proposta curricular precisa estar totalmente aberta a diálogos, com os múltiplos saberes produzidos para além do âmbito escolar, possibilitando assim a relação entre os saberes empíricos e científicos, tal como defende Veiga (2006, p. 27) quando afirma que “o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado”.

Logo, há a necessidade que as escolas repensem suas práticas curriculares, haja vista que as mesmas precisam ser democráticas e dialogadas pelos povos camponeses, para que assim os alunos possam se conhecer e reconhecer como

sujeito de direitos diante de uma sociedade autoritária. É necessário compreender que a Educação do Campo tem um papel importante no fortalecimento, construção e reconstrução da identidade dos povos das comunidades do campo, pois somente com o processo formativo e pedagógico das escolas do campo poderá haver valorização de todo contexto em que os sujeitos do processo estão envolvidos.

3 | O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO OLHAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao analisarmos as afirmativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, é possível perceber que o Projeto Político Pedagógico (PPP) vem estabelecer as “normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades” (DUTRA, 2003, p. 9). Pois, com a LDB 9394/96, o sistema educacional brasileiro passou por diversas mudanças nas suas estruturas.

Pereira e Moura (2014, p.1) afirmam que o Projeto Político Pedagógico (PPP)

é um documento/instrumento que visa à definição de princípios norteadores da unidade escolar e, se tratando da escola do campo, este instrumento ganha contornos realçados pelo Movimento Por uma Educação do Campo, que, como fruto de inúmeros debates, passa a delinear uma identidade a esta modalidade.

Para os autores, o PPP é um documento que direciona o processo educacional de uma escola, e que permite a escola estabelecer as metas que deverão ser trabalhadas durante o ano letivo, bem como os métodos que serão adotados, dando um rumo a comunidade escolar, sendo considerado, como

uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. E político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2005, p.2).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico para a educação do campo é fundamental para as escolas, onde estão metas e objetivos que as instituições de ensino pretendem alcançar, porém é necessário que se compreenda a importância desse documento para além de metas,

o projeto da escola do campo não deve ser apenas uma meta ou uma exigência do sistema, é o mar, o navio, o norte, o cais e o porto de navegação e chegada da escola, o que direta ou indiretamente estará contribuindo ou não para a definição de uma nova ordem social, humana, cultural, ética e solidária, sendo que para isso o mesmo deve ser entendido e assumido como compromisso de todos que fazem a escola, para que assim possamos formar de fato cidadãos a partir da realidade das comunidades camponesas para melhor atuarem e intervirem nesse mundo em que vivem (REIS 2011, p. 85).

Logo, há a necessidade de um comprometimento tanto no momento de elaboração quanto na execução das metas e objetivos, pois é a partir de tais que pode-se ter um direcionamento para poder formar pessoas com senso crítico, ou seja, cidadãos pensantes, através das próprias vivências dos sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento.

Os projetos nas escolas do campo devem fortalecer as identidades do povos, para que o processo de ensino esteja relacionado, a seus contextos históricos, sociais, saberes e principalmente suas experiências, fazer essa relação entre o sujeito e a educação é fundamental para que o processo formativo aconteça de forma efetiva, com isso é necessário que as instituições possam, compreender a

concepção de educação do campo, suas finalidades e princípios básicos, como instrumentos para analisar seu espaço de atuação, bem como reconhecer estratégias de ação que possam ser aplicadas nessa realidade, constitui-se como pressupostos fundamentais na elaboração do projeto político pedagógico para a escola do campo (MACHADO, 2009, p. 14).

Com isso há a possibilidade de maior afirmação da educação do campo no contexto geral, pois será idealizado de dentro para fora, favorecendo tanto o processo de aprendizagem quanto a questão identitária.

Portanto, para se construir um projeto político pedagógico de uma escola, seja urbana ou do campo, é necessário que haja uma construção coletiva, para que os sujeitos que fazem parte do contexto social possam estar envolvidos desde o processo desde a construção, desenvolvimento é avaliação, proporcionado o entendimento que o envolvimento de todos no processo formativo é essencial para reestruturação de uma escola pensada para os povos. Esse processo de construção coletiva vem fortalecer o processo identitário, principalmente nas escolas do campo, pois a partir do momento em que a escola se mobilizar para organizar seu PPP de forma coletiva com dando vozes aos sujeitos, sinaliza que está disposta a repensar suas propostas pedagógicas educacionais, no entanto, é crucial entender que há inúmeras fragilidades na organização educacional brasileira, principalmente quando se refere às escolas do campo, com isso há dificuldades na implementação de novas reformulações nos projetos das escolas camponesas. Segundo Caldart (2004):

pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; [...] na dimensão da reflexão pedagógica significa discutir a arte de educar, e os processos de formação humana, a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado (CALDART, 2004, p. 15).

Logo, o projeto deve ser relacionado e fundamentado na realidade social e escolar, partindo de um contexto histórico da sociedade camponesa, tendo em

vista que, através de suas práticas escolares voltadas para a realidade local, será possível constatar desenvolvimento no processo de aprendizado. Portanto, as instituições precisam discutir, planejar e elaborar metodologias que venham atender as necessidades dos povos do campo.

Diante disso, as escolas precisam entender que o projeto, tem que ser pensado para desenvolver práticas educacionais relacionadas à realidade dos indivíduos, para proporcionar aos sujeitos uma educação que os representam.

A escola pode ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural, mas para isto precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento, a partir de questões relevantes para intervenção social nesta realidade” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2009, p. 53).

O projeto político pedagógico precisa se identificar com os sujeitos envolvidos, desde suas relações inter e extra social, relacionando com as comunidades, famílias dos sujeitos, associações e movimentos sociais, pois de tal forma poderão alcançar as metas e objetivos pré- estabelecidos, sabendo que o processo de afirmação precisa do envolvimento do coletivo. Com isso “a perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino” (CALDART, 2004, p.18).

Portanto, a escola que se propõe desenvolver e trabalhar na perspectiva da Educação do Campo, além de fazer sua proposta de forma coletiva, valorizando as identidades dos sujeitos, é necessário ser definido quem é o sujeito e que cidadão se deseja formar. Diante disso a escola tem uma função de fazer com que os indivíduos sejam pensantes, partindo de seus pressupostos históricos vivenciados pelos sujeitos envolvidos, com intuito de se reconhecerem como sujeito de um processo, a fim de fortalecerem seus vínculos, e relacionando com outras identidades de forma coletiva.

4 | ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ODIL PONTES EM TOMÉ-ACU-PA

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “Odil Pontes” foi fundada no ano de 1972 e teve sua inauguração oficial no dia 17 dezembro de 1978, é esta localizada na Vila Nova Esperança rodovia PA 140 km 23 espaço do campo do município de Tomé-Açu Pará. A escola recebe alunos oriundos de varias comunidades próximos, estima-se que atende mais de 270 famílias que são atendidas pelo estabelecimento de ensino.

A mesma atende hoje um total de 382 alunos divididos em dois turnos nos níveis de Educação Infantil Pré I e Pré II, Ensino Fundamental anos Iniciais de 1º ao

5º ano, anos finais 6º, 7º, 8ª e 9º ano, sendo que a escola funciona autorizada pelo Conselho Municipal de Educação para funcionamento das modalidades de ensino acima citadas.

A escola também funciona como anexo da Escola Estadual Antônio Brasil com o Sistema de Ensino Modular (SOME) que atende alunos de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, totalizando assim 464 alunos. A escola funciona nos horários matutino de 7:00h às 11:00h, vespertino de 13:00h às 17:00h e noturno de 19:00h às 22:30h.

A EMEIF “Odil Pontes” recebe atualmente crianças, jovens e adultos de diversas localidades, tanto do município quanto de municípios vizinhos, onde um cada traz consigo suas singularidades e especificidades e conforme legislação específicas no que diz respeito a matrícula e atendimento das pessoas com deficiência, a escola recebe e oferece uma educação de qualidade visando sempre o ensino e aprendizagem e o bem estar de cada aluno, e a inclusão de todos.

A escola tem a sua disposição dois ônibus escolares que percorrem as localidades e ramais trazendo a grande maioria dos nossos educando para as aulas, porém não é possível que o mesmo faça esse percurso em todos os locais, pois a situação de ramais e pontes existentes na região não permite com o mesmo avance, dessa forma alguns alunos caminham um pouco para poderem utilizar o ônibus, porem existem aqueles alunos que não utilizam o transporte escolar, tendo que se deslocar quilômetros caminhando para chaga na escola.

A escola apresenta uma estrutura física contendo 11 salas de aula, diretoria/secretaria, merendeira, biblioteca, sala de professores, laboratório de informática e quadra de esporte coberta. A escola se encontra hoje toda murada para segurança e alegria da comunidade que sempre sonhou com esse benefício.

Tendo em vista a importância de analisar o PPP da Escola Odil Pontes, para compreendermos o fortalecimento indetitário, a partir da análise documental com a finalidade entender seu processo de construção como afirmação da educação do campo. O referido PPP está estruturado da seguinte forma: diagnose no espaço e tempo, característica da escola, a concepções da escola do campo no que se refere: mundo, homem, educação, conhecimento e qualidade, objetivos enquanto escola do campo, sua concepção curricular, conceito de avaliação para a escola do campo na aprendizagem, esses tópicos foram analisados segundo algumas questões relacionadas a educação do campo.

Diante disso, o Projeto Político pedagógico da escola, teve sua última atualização no ano de 2018, foi elaborado com a participação dos docentes, gestores, conselho escolar, participando no total 27 pessoas em sua reorganização. Segundo Souza (2007), é necessário potencializar o PPP, ou seja, “o projeto político pedagógico nasce da necessidade de construir a escola constantemente, renovando o antigo e projetando novo a participação de todos” (Souza, 2007, p.44). Portanto, pensar na

reestruturação de um Projeto Político Pedagógico de uma escola é necessário que se pense em práticas pedagógicas, que possam fazer com que os sujeitos sejam alcançados por suas ações.

Na diagnose no espaço, tempo e caracterização da escola, é perceptível que o PPP faz um aparato sobre anos de fundação, percussores da escola, situação sócioeconômica das famílias das comunidades, os movimentos sociais presentes na comunidade e a participação da escola nesses movimentos.

Nota-se que a instituição de ensino elaborou o PPP levando em consideração pressuposto extremamente importante para o fortalecimento de sua identidade campesina, haja vista, que ao abordar tais temas, o PPP evidencia que há uma discursão sobre a educação do campo na referida escola, propiciando que a mesma repense suas práticas educacionais, pois quando se trata de educação do campo é necessário que a escola analise seus sujeitos, perpassando por questões identitárias, cultural, os aspectos sociais e político.

Diante disso, é possível perceber que o PPP em sua estrutura, faz um enfoque sobre como acontece à relação escola e movimentos sociais, onde o mesmo evidencia o tema como

Falar em movimentos sociais é falar em lutas em momentos de integração entre todos que fazem parte de uma comunidade, sabemos que é através de movimentos sociais que muitas coisas são conquistadas um grande exemplo é a conquista de leis que permeiam todo o processo de Educação do Campo, muitos direitos são conseguidos aonde as relações e as parcerias se fortalecem ainda mais, diante dessas colocações e da importância dos movimentos sociais para todos que fazem parte de um meio social, a nossa comunidade está atrelada aos movimentos sindicais e associações voltadas para o interesse do trabalhador rural em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que no ano de 2014 trouxe para nossa área cursos técnicos (PRONATEC) contemplando os objetivos das Escolas do campo que é profissionalizar os nossos jovens para cuidarem da terra com seriedade, amor e responsabilidade. (PPP, 2018, p.8)

Nesse sentido tratar de movimentos sociais no âmbito escolar, é de fundamental importância, pois com essa discursão poderá acontecer uma formação humana dos sujeitos, partindo de suas origens, pois ter um olhar diferenciado, observar suas particularidades e valorizando suas diferenças, será possível construir sujeitos capazes de valorizar e reconhecer todo seu processo histórico.

O PPP da escola faz uma discursão sobre a importância da relação da escola com a comunidade no processo educacional dos sujeitos, pois uma educação de qualidade alicerçada em princípios éticos, morais e político necessitam de apoio, necessita de trabalho em conjunto em especial quando se trata da Educação do Campo, pois a coletividade deve fazer parte de todas as ações pedagógicas, onde a educação deve ser vista, planejada e aceita como uma via de mão dupla, onde os conhecimentos serão lapidados, trocados, analisadas e utilizados para melhorar o

desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado. Pois, diante dessa relação haverá “reconhecimento dos conhecimentos e saberes produzidos pelos sujeitos do campo e a sua reatualização com outros conhecimentos”, (JESUS, 2006, p.52). Logo, o PPP precisa contribuir para caracterização da identidade e cultura camponesa, como forma de resistência e fortalecimento da educação do campo.

Nessa perspectiva da educação do campo brasileira, o Projeto Político Pedagógico precisa ir além do que está estabelecido pelas organizações governamentais, no entanto,

para isso é preciso que a escola faça rupturas na sua estrutura organizacional e nas relações sociais, é possibilite uma educação para transformação da sociedade e dos sujeitos envolvidos no e fora do processo educacional. (SOUZA, MACHADO, 2008, p.51)

Assim, qualquer escola do campo precisa pensar o processo educacional para além do âmbito escolar, romper com a educação estabelecida, ou seja, a educação bancária visando seu contexto social, favorecendo assim a identidade campesina quanto escola do campo e, por conseguinte vinculando-se sempre com a realidade inerentes aos sujeitos.

Com relação às concepções da escola do campo no que se refere: mundo, homem, educação, conhecimento e qualidade, enfatiza que tais temas são fundamentais para estruturação da sociedade, pois não se pode pensar nessas concepções de forma isolada, haja vista que ambas fundamentam a outra. Jesus (2006, p. 57) destaca a importância de uma formação não fragmentada, afirmando que

a formação dos sujeitos não poderá ser fragmentada, homogeneizada, particularizada demais. Os sujeitos serão obrigados a reconhecer as complexas relações que engendram a sua vida e a reflexão sobre os conhecimentos que se sustentam em seu território epistemológico e social.

No que concerne ao contexto da educação do campo é necessário uma articulação mais específica, pois “a necessidade de uma escola específica do campo como meio de tornar possível um projeto democrático de educação no país em que tenha respeitada a identidade própria de escola para os povos do campo”, (PPP, 2018 p.20). Diante disso é evidente que a escola se preocupa com a formação de seus sujeitos, com uma visão unilateral perpassando pela igualdade social, assim, o PPP da escola do campo precisa levar em consideração a realidade social dos sujeitos, para que sejam fundamentados pelos princípios da educação do campo. Concernente a isso Souza, Machado, complementam afirmando que “é preciso buscar uma visão de totalidade e igualdade social e de respeito às diversidades culturais para que o campo seja uma opção de vida, de trabalho, de desenvolvimento

social”, (2008, p.52). Portanto, torna-se fundamental que se trabalhe as concepções filosóficas de mundo, homem, educação conhecimento e qualidade, voltada para as realidades.

Nos objetivos enquanto escola do campo e seu discursão sobre o currículo, o Projeto Político Pedagógico da escola perpassa pelos seguintes princípios:

Posicionar-se quanto às questões sociais e interpretar a tarefa educativa, intervindo na realidade presente; Reconhecer o valor de todos que fazem do campo um lugar especial contribuindo assim com as gerações futuras; Tornar os conteúdos significativos na vida dos educados; Oportunizar um efetivo trabalho e vivência da cidadania democrática; Contribuir com a auto formação dos alunos, a partir de seu contexto sócio econômico e cultural; Valorizar e melhor utilizar os recursos disponíveis na comunidade do campo; Assegurar a permanência do educando na escola através da Pedagogia da Alternância; Possibilitar a integração da família na escola campo; (PPP, 2018, p.23).

Em relação aos seus objetivos enquanto escola campesinas, fica evidenciado que à dentro do PPP da escola, há uma grande preocupação em levar em consideração questões pertinentes ao social, de cultura, identidade, vivencia dos sujeitos, perpassando pela coletividade e fundamentada pela Pedagogia da Alternância.

No que concerne na discursão curricular no PPP, o mesmo enfatiza que o currículo é fundamental no processo de ensino, haja vista quando se refere a educação do campo, seu contexto torna-se diferenciado, pois o currículo representa as práticas que a escola desenvolve, palpada na diversidade, identidade de todo o contexto que envolve a escola. É necessário que as propostas curriculares de uma escola do campo sejam democráticas e principalmente abertas a diálogos, pois o currículo não pode ser estático e nem fragmentado, estando em constantes mudanças a partir dos diálogos com diferentes sujeitos do processo social. Nessa lógica, Veiga (1995) defende que

O currículo é um instrumento de confronto de saberes: o saber sistematizado, indispensável à compreensão crítica da realidade, e o saber de classe, que o aluno representa e que é resultado das formas de sobrevivência que as camadas criam. Valorizar o saber de classe e coloca como ponto de partida para o trabalho educativo. (VEIGA, 1995, p.82)

Sendo assim, é necessário que todos que fazem parte do processo educativo estejam abertos para as diversas formas que o currículo se apresenta, é fazer com que seja dinâmico propiciando maior dialogo com as diversas formas de saberes.

No que tange ao currículo, é necessário que se entenda que o mesmo é extremamente importante para a organização do processo educativo. Veiga enfatiza que:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos

historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 2002, p.8)

Com isso o conhecimento escolar se porta de forma dinâmica, fazendo com que a escola faça uma reflexão sobre suas práticas, uma vez que o currículo é ao mesmo tempo, processo e produto de um processo formativo. Diante disso, conhecer a realidade ao quais os sujeitos estão inseridos é um passo importante na elaboração de currículo vinculado a realidade dos indivíduos, pois é um passo importante para identificar as contradições existentes nos diversos campos brasileiros, para que assim possa atuar na busca por soluções políticas.

O processo de construção do currículo deve estar para além da dinâmica de seleção e organização dos conteúdos, voltando-se principalmente para redefinição do papel da escola. Dessa forma, pode-se afirmar que,

O currículo, por parecer algo simples, é pouco discutido no cotidiano da escola. A discussão sobre a realidade onde a escola está inserida, o perfil, características dos alunos que compõe a escola, a visão de como preparar o aluno para a cidadania e o trabalho são questões a serem respondidas na construção do currículo (ALMEIDA; SOUZA, 2014, p.3).

Com isso a organização curricular de qualquer escola do campo, precisa ser pensada para fins emancipatórios, ou seja, que atenda as expectativas da sociedade mais que principalmente seja pensada para os sujeitos de um contexto social bem específico, no caso os povos do campo, adequado ao seu modo de vida.

No que tange a avaliação da aprendizagem a escola adota como processo avaliativo três funções importantíssimas para o processo educativo, no qual seria o ato de; “diagnosticar, controlar e classificar partindo sempre do princípio de que avaliar é oportunizar momentos de construção e elaboração de conhecimentos tanto para educando quanto para educador”, (PPP, 2018, p.27).

Diante deste pensamento avaliativo que a escola se propõe a realizar, será possível acompanhar e avaliar as atividades, perpassando por reflexão sobre as práticas de ensino que estão sendo e que poderão vir a ser executada pela escola, sempre partindo dos objetivos da escola, no que se refere à formação educacional, no entanto Veiga afirma que é necessário fazer uma

avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica. (VEIGA, 2002, p.8).

Portando a avaliação do ponto de vista crítico, precisa ser pensada a partir de uma visão para o todo, ou seja, levando em consideração a realidade e o aprendizado dos sujeitos envolvidos, precisa ocorrer de forma democrática e coletiva, para alcançar os objetivos estabelecidos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola do campo possui um papel importante na formação do discente, onde deve desenvolver práticas pedagógicas que sejam voltadas para a valorização dos sujeitos, visando fortalecer as identidades dos povos camponeses. A luta por uma Educação do Campo voltada para a realidade perpassa pela consolidação do Projeto Político Pedagógico, onde deve ter como objetivos o desenvolvimentos dos sujeitos envolvidos no processo, partindo do envolvimento de todos que compõe as comunidades do campo. Diante disso as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo estabelece que as escolas do campo possuam autonomia para sua elaboração do Projeto Político Pedagógico voltado para as especificidades da realidade local. É importante ressaltar que a formação identitária de uma escola do campo deve acontecer através da cooperação de toda comunidade escolar, com o objetivo de atender as reais necessidades educacionais dos alunos, partindo do contexto local.

É necessário que se pense em estratégias pedagógica de ensino aprendizagem para além de conteúdos escolares estabelecidos, é necessário o envolvimento dos educandos nesse processo, pois o mesmo é o principal sujeito da história, o ensino precisa instigar no aluno a curiosidade, a capacidade de pesquisa, é com isso despertará a vontade de transformar a realidade onde esta inserido, perpassando por todo o contexto social do sujeito. Entretanto é necessário que as práticas escolares sejam modificadas, partindo de um diagnóstico prévio do que está sendo desenvolvido nas salas de aulas é rever se as mesmas estão sendo adequadas ao que as instituições se propõe a fazer, para que se possa fortalecer e qualificar todo o trabalho pedagógico, sempre visualizando as perspectiva da Educação do Campo.

A presente pesquisa aponta através do Projeto Político Pedagógico que a escola em questão, tem embasamentos dos princípios da educação do campo, perpassando pelas concepções no que se refere: mundo, homem, educação, conhecimento e qualidade, objetivos enquanto escola do campo, sua concepção curricular, conceito de avaliação para a escola do campo na aprendizagem, pois o Projeto Político Pedagógico voltadas para todas as concepções já citadas vem fortalecer a identidade da escola do campo é consequentemente todos que fazem parte do mundo camponês, fazendo com que seus sujeitos se reconheçam e se identifiquem como construtores de conhecimentos a partir de sua realidade que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahlede; SOUZA, Rosana Ramos de. **Currículo e diversidade cultural: origem de conflitos no ambiente escolar.** RELEM – Revista Eletrônica Mutações, janeiro – julho, 2014.
- ARROYO, M. G. Apresentação In: CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**, <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acessado em: 16 abril. 2019.
- CALDARI, Roseli Salete; MOLINA. Momento atual da Educação do campo. In: MOLINA Castagna Mônica. (Org). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. Volume 05. p. 10-31.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do campo. In: MOLINA Castagna Mônica. (Org). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. Volume 05. p. 32-53.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. As múltiplas interligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicatos do campo. In: MOLINA Castagna Mônica. (Org). **Educação do campo e pesquisa, questões para reflexão**, Brasília – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanizações e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.
- MACHADO, Ilma Ferreira. **Um projeto político-pedagógico para a escola do campo.** Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 4, nº 8, p. 191-219. jul/dez. 2009.
- MOLINA, M. C., JESUS, S, M, S, A. (Orgs). (2004), **Por uma Educação do Campo – Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília.
- SOUZA, Eloir José de. **Limites e possibilidades para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Infantil e Fundamental Nossa Senhora Aparecida.** UFRGS/ITERRA: Veranópolis, 2007.
- SOUZA, Eloir José de; ANDRADE, Enedina Ferreira de; LIMA, Glaci Antônia Mendes de; MACHADO, Carmem Lucia Bezerra. Limites e possibilidades: um olhar sobre o projeto político pedagógico na perspectiva da educação do campo. In: MACHADO, Carmem Lucia Bezerra; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; PALUDO, Conceição. (Org.). **Teoria e prática da educação do campo.** Brasília: MDA, 2008
- VEIGA, Ilma Passos Alencar. **O Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 22 ed. Campinas: Papirus, 2006.
- VEIGA, Ilma Passos Alencar. **Escola, currículo e ensino.** In: VEIGA, , Ilma Passos Alencar; CARDOSO, Maria Helena Fernandes. (Org.). **Escola fundamental: currículo e ensino.** Campinas: Papirus, 1995.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 24, 112, 119, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 191, 194, 255
Arte 1, 3, 8, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 56, 109, 110, 111, 116, 118, 131, 136, 140, 150, 214, 243, 257, 264

Arte rupestre 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56

Avaliação 71, 106, 136, 137, 138, 139, 150, 152, 156, 157, 160, 175, 180, 203, 204, 206, 215

C

Cavaleiros 57, 64

Cidade 34, 35, 55, 59, 60, 63, 65, 68, 74, 94, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 140, 147, 183, 185, 248, 263

Ciências 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 99, 101, 103, 111, 119, 120, 140, 159, 160, 171, 172, 197, 209, 217, 218, 230, 233, 236, 245, 252, 261, 264, 265, 267, 269

Ciências humanas 111, 171, 197, 217, 233

Composição 1, 3, 4, 5, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 123, 127

Criminalização 197, 198, 201

D

Deficiências 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 194

Diálogo 1, 2, 6, 8, 11, 17, 26, 76, 114, 116, 170, 260

Direitos humanos 99, 112, 197, 200, 201, 202, 204, 208, 209, 212, 260, 263, 264, 269

E

Eficácia 203, 206, 211

Elites 218, 219, 224, 225, 228, 234

Ensino fundamental 71, 74, 75, 82, 94, 112, 121, 124, 125, 134, 151, 238, 243

Escrita 9, 10, 12, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 77, 79, 80, 92, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 251

G

Gestão 41, 74, 75, 105, 112, 117, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 149, 159, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 189, 194, 195, 218, 220, 224, 228, 231, 234

I

Identidade 9, 10, 22, 24, 25, 53, 55, 74, 99, 112, 115, 122, 134, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 168, 206, 210, 215, 269

Inserção 67, 95, 97, 124, 140, 141, 142, 159, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 219, 222, 224, 228, 233, 255

Interpretação 9, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 22, 24, 25, 31, 38, 39, 42, 52, 53, 64, 68, 73, 93, 103, 147, 164, 207, 213, 215

J

Jesuítas 57, 59, 61, 63, 69, 147, 252

L

Língua inglesa 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Livro didático 73, 99, 121, 125, 126, 130

M

Mulher 137, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

N

Narrativa 1, 2, 5, 7, 8, 59, 114, 135, 139, 204, 206, 213, 214, 217

Negro 121, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131

O

Oralidade 8, 9

P

Poder econômico 87, 218, 226

Poesia 1, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 247

Políticas públicas 103, 107, 112, 114, 117, 119, 121, 125, 128, 134, 138, 142, 143, 146, 198, 207, 209, 214, 215, 216, 218, 222, 225, 269

Produção 1, 4, 6, 9, 11, 12, 13, 23, 25, 26, 29, 39, 42, 46, 67, 69, 90, 101, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 132, 135, 136, 148, 151, 156, 158, 165, 207, 230, 249, 252, 259, 260, 264, 265, 266

Projeto de extensão 27, 34, 35, 159

R

Representações sociais 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172

S

Saúde 80, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 117, 125, 142, 159, 160, 161, 170, 172, 178, 187, 197, 202, 203, 204, 206, 208, 209, 212, 216, 217, 241, 243, 244, 252

Substâncias psicoativas 197, 198, 199, 200, 201, 202

Sujeito 8, 42, 63, 72, 74, 78, 80, 112, 114, 122, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 157, 162, 163, 165, 167, 263, 264, 266, 267

T

Tecnologia 1, 24, 43, 63, 83, 89, 95, 96, 120, 173, 183, 245, 252

U

Universidades públicas 132, 138, 139

V

Violência doméstica 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

